

# TEORIA CRÍTICA DA RAÇA E DA SOCIEDADE NOS ESTADOS UNIDOS<sup>1</sup>

## CRITICAL RACE THEORY OF SOCIETY<sup>1</sup>

### Resumo

O artigo faz uma análise sobre a Teoria Crítica da Raça (TCR) no direito e sua relação com as teorias críticas da raça nas ciências sociais. Aborda a inserção de negros nas ciências sociais como agentes de mudança que desenvolveram as ideias antecedentes que a TCR introduziu no direito. Tendo como recorte principal a academia e sociedade estadunidenses, elucida que a crítica de acadêmicos e movimentos negros demonstra a função hegemônica e estruturalista das ciências sociais e traz a TRC como parte de um movimento contra o poder racial branco. Concordando com o apelo de Kimberlé Williams Crenshaw, em seu artigo *Twenty Years of Critical Race Theory: Looking Back to Move Forward*, por uma mais ampla definição da TCR e por uma próxima fase deste movimento para envolver acadêmicos de várias disciplinas, este artigo demonstra que o apelo de Crenshaw é

visionário e um passo necessário para pesquisadores interessados no fim da supremacia branca e na elevação da ciência dos direitos humanos e da igualdade.

**Palavras-Chaves:** Raça. Teoria Crítica da Raça. Ciências Sociais.

*Tukufu Zuberi*

Professor de Relações Raciais e Professor de Sociologia e Estudos Africanos, na cadeira da família Lasry, da Universidade da Pensilvânia. O Professor Zuberi tem escrito extensivamente sobre raça, populações africanas e populações diaspóricas africanas. Em 2009 recebeu o prêmio Oliver Cromwell de melhor livro, por seu volume co-editado, "White Logic, White Methods". E-mail: [tukufu@penn.edu](mailto:tukufu@penn.edu)

Tradução de: Fabiana Pires Rodrigues de Sousa, Gianmarco Ferreira e Marcos Lustosa Queiroz (UnB).

### INTRODUÇÃO

Como um cientista social, eu sempre me preocupei com a justiça social; assim, tenho estado profundamente interessado no desenvolvimento dos movimentos sociais para transformar a sociedade. As obras *In the Matter of Color*, de A. Leon Higginbotham Jr.<sup>1</sup> e *And We Are Not Saved*<sup>2</sup>, de Derrick Bell ajudaram-me a apreciar a hipocrisia histórica da democracia e do direito

---

<sup>1</sup> Ver A. Leon Higginbotham, Jr., *In The Matter of Color: Race And The American Legal Process* (1978) (recontando, entre outros, que os Estados Unidos foram criados com a noção de que todos os homens eram criados iguais, embora "inicie sua experiência de autogoverno com um legado de mais de um milhão e meio de negros escravizados - pessoas a que eram negadas a cidadania e eram escravizados [...] somente por uma questão de cor").

<sup>2</sup> Ver Derrick Bell, *And We Are Not Saved: The Elusive Quest For Racial Justice*, p. 7 (1987) (discutindo a "Contradição Constitucional" e "as preocupações que parecem ter levado mesmo aqueles elaboradores (Framers)

americano. Foi o movimento da Teoria Crítica da Raça (TCR), contudo, com pioneiras como Kimberlé Williams Crenshaw e outros, que começou a institucionalizar o questionamento crítico das pretensões intelectuais da supremacia branca na lei<sup>3</sup>. Este movimento se compara com a tradição das ciências sociais em trabalhar por direitos humanos e justiça social e contra o racismo, sexismo e outras formas de opressão. Eu gostaria de me valer desta oportunidade para fazer considerações a respeito da tradição das teorias críticas da raça nas ciências sociais e como esta tradição pode estar relacionada com o movimento da TCR que se desenvolveu no direito. Nesse sentido, serei capaz de fazer comentários sobre as duas questões centrais trazidas por Crenshaw em seu artigo, *Twenty Years of Critical Race Theory: looking back to move forward*<sup>4</sup>. Nesse artigo, Crenshaw clama por uma mais ampla definição da TCR e pela próxima fase deste movimento para envolver acadêmicos de outras disciplinas além do direito<sup>5</sup>. Eu começarei meus comentários com considerações sobre as condições e tradições nas ciências sociais que poderiam facilitar a realização desta possibilidade. Em seguida, discutirei como o movimento da TCR é uma companhia poderosa e inovadora das tradições críticas da pesquisa sobre raça nas ciências sociais. E concluo explicando como eu concordo com o chamado de Crenshaw para uma comum e necessariamente combativa direção dos pesquisadores críticos da raça para além da loucura intelectual da cegueira da cor no movimento pós-racial.

As ciências sociais são tanto o estudo da relação entre indivíduos e da relação entre a aglomeração de indivíduos. As várias disciplinas que compõem as ciências sociais são parte do que Foucault se referiu como sendo “as ciências do homem”<sup>6</sup>. O conhecimento produzido nas

---

opostos à escravidão a sancionar seu reconhecimento numa constituição que, em seu preâmbulo prega ‘assegurar as Bênçãos da Liberdade para nós e para nossos sucessores’”)

<sup>3</sup> Ver, por exemplo, *Critical Race Theory: The Cutting Edge*, pp. xv-xvi, (Richard Delgado & Jean Stefancic eds., Segunda Edição, 2000) (observe que a TCR “desafia a ortodoxia racial, balança a academia do direito, questiona as premissas liberais pacificadas e leva a uma busca por novos caminhos de pensar o mais intratável e insolúvel problema [nos Estados Unidos] - a raça”); *Critical Race Theory: The Key Writings That Formed The Movement*, p. xiii (Kimberlé Crenshaw et al. (ed), 1995) [referida a seguir como *Critical Race Theory: The Key Writings*] (“Da maneira como nós concebemos isto, a teoria crítica da raça engloba um movimento de [...] acadêmicos [...] cujos trabalhos desafiam os modos em que a raça e o poder racial são construídos e representados na cultura jurídica americana e, mais em geral, na sociedade americana como um todo”).

<sup>4</sup> Kimberlé Williams Crenshaw, *Twenty Years Of Critical Race Theory: Looking Back To Move Forward*, 43 CONN. L. REV., p. 1253 (2011) [referida a seguir como Crenshaw, *Twenty Years*].

<sup>5</sup> *Id.* pp. 1294-95.

<sup>6</sup> Michel Foucault, *The Order Of Thing: An Archaeology Of The Human Sciences*, pp. 364-65 (Pantheon Books 1970) (1966); Tukufu Zuberi & Eduardo Bonilla-Silva, *Telling The Real Tale Of The Hunt: Toward A Race*

ciências sociais é influenciado pela interseção dos sistemas de opressão com as matrizes de dominação<sup>7</sup>. As ciências sociais produzem conhecimento sobre os “outros” como “desviados” do “modelo”, que seria definido como branco, heterossexual, burguês e homem. Além disso, os pesquisadores das ciências sociais, na maior parte, têm buscado definir os outros inferiores de cor como desviados<sup>8</sup>. À medida que os afro-americanos e outras pessoas de cor têm sido estudadas nas disciplinas das ciências sociais, eles o têm sido, juntamente com mulheres e trabalhadores comuns, como um grupo de pessoas selvagens e desviadas que são problemáticas<sup>9</sup>.

---

*Conscious Sociology Of Racial Stratification*, em *White Logic, White Methods: Racism And Methodology*, pp. 329-30 (Tukufu Zuberi & Eduardo Bonilla-Silva eds, 2008).

<sup>7</sup> Ver Patricia Hill Collins, *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, And The Politics Of Empowerment*, pp. 221-29 (1990) (afirmando que “conhecimento é uma parte vitalmente importante das relações sociais de dominação e resistência” e discutindo o significado de reconceitualizar raça, classe e gênero como sistemas interligados de opressão); Dorothy Ross, *The Origins Of American Social Science*, p. 472 (1991) (“Contudo, por mais que as ciências sociais negassem a característica normativa de suas presumíveis teorias científicas, tais teorias necessariamente construíram visões de mundo e, muito frequentemente, são propagadas como visões de mundo. Na maior parte deste século, cientistas sociais têm se unido para revelar as redes impessoais de influência que molda a sociedade urbana industrial na América”). Eduardo Bonilla-Silva & Tukufu Zuberi, *Toward A Definition Of White Logic And White Methods*, em *White Logic, White Methods*, nota 9, pp. 3, 15-19 [referida a seguir como Bonilla-Silva & Zuberi, *Toward A Definition*] (alegando que o domínio branco no campo da sociologia levou a uma inerentemente branca perspectiva da pesquisa social e da metodologia); Kimberlé Williams Crenshaw, *Mapping The Margins: Intersectionality, Identity Politics, And Violence Against Women Of Color*, em *Critical Race Theory: The Key Writings*, nota 6, pp. 357-58 (focando no impacto de padrões interseccionais de racismo e sexismo).

<sup>8</sup> Ver Foucault, nota 10, pp. 380-87 (2002); Tukufu Zuberi, *Thicker Than Blood: How Racial Statistics Lie*, p. 73 (2001) (“Amplamente lidos os livros de eugenia [...] apresentavam uma gama de argumentos sobre os benefícios de utilizar os modelos biológicos para explicar as diferenças sociais na sociedade, especialmente o comportamento “desviante” dos pobres e marginalizados. Assim, os eugenistas tentaram explicar as diferenças sociais em crimes, riqueza, resultados em testes e desorganização social como uma referência para presumir atitudes intelectuais. Diferenças raciais e de classe eram pensadas como sendo um reflexo de diferenças ainda mais fundamentais nas capacidades moral e intelectual”); Tukufu Zuberi, *Sociology and the African Diaspora Experience*, em *A Companion To African-American Studies*, pp. 246, 250-251 (Lewis R. Gordon & Jane Anna Gordon eds. 2006) [referida a seguir como Zuberi, *African Diaspora*] (argumentando sobre a perspectiva eurocêntrica na visão das ciências sociais dos afro-americanos como “outros” racializados (destaques omitidos)).

<sup>9</sup> Ver Lee D. Baker, *From Savage To Negro: Anthropology And The Construction Of Race - 1896-1954*, pp. 14-15, 219 (1998) (notando que uma das teorias usadas para continuar a escravização de afro-americanos foi “a ideia de que os negros eram como crianças que precisam de direção, disciplina e dos cuidados paternalistas de um mestre” e que apresentava imagens opostas aos negros - “minorias assimiladas com sucesso de um lado e ‘mães do estado de bem-estar social e de gangsters’ (gangster-welfare mother) do outro - serviram para bifurcar o preconceito com as linhas de classe”); Homi K. Bhabha, *The Location Of Culture*, p. 70 (1994) (“O objetivo do discurso colonial é construir o colonizado como uma população de tipos degenerados com base em sua origem racial, com o objetivo de justificar a conquista e estabelecer sistemas de administração e instrução”); W.E.B. Du Bois, *Black Reconstruction In America: An Essay Toward A History Of The Part Which Black Folk Played In The Attempt To Reconstruct Democracy In America, 1860-1880*, pp. 711-713 (Anthem Publishers, Sétima edição, 1977) (1935) (anotando que o estudo de livros didáticos contemporâneos revelavam que os negros eram tidos, entre outras coisas, como ignorantes, preguiçosos, desonestos, extravagantes, e responsáveis por um governo pobre durante o período de reconstrução); Zuberi, *Thicker Than Blood*, nota 11, p. 88 (“Muitos sociólogos [próximo à virada do século XX] presumiam uma superioridade racial europeia. E foi esta perspectiva cultural da superioridade europeia que veio a substituir a

## **UMA TRADIÇÃO DAS TEORIAS CRÍTICAS DA RAÇA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS**

As ciências sociais amadureceram e ganharam existência “ao mesmo tempo em que a escravização de africanos havia terminado e o colonialismo amadurecia na África, Ásia e nas Américas”<sup>10</sup>. Historicamente, “[m]ulheres e pessoas de cor deveriam ser objetos de estudo”, mas elas não eram “parte da corrente principal das ciências sociais”<sup>11</sup>. Assim como os pesquisadores marginalizados, mulheres e pessoas de cor frequentemente se engajavam na academia como agentes de mudança<sup>12</sup>. Eles estavam preocupados em desafiar as hierarquias existentes e transformar as próprias perspectivas dos cientistas sociais. Eu faço este destaque para que possamos reconhecer que a TCR existia ainda antes que tivesse este nome. A emergência da TCR como um movimento intelectual e político é um momento fundamentalmente importante desta articulação. Sendo assim, a TCR pode nascer como “uma intervenção da esquerda nos discursos de raça e uma intervenção racial nos discursos da esquerda”<sup>13</sup>; ela é envolvida, no entanto, numa luta maior contra as agressões da supremacia branca. Não há dúvidas de que a TCR é um dos mais importantes desenvolvimentos nos tempos recentes. A TCR estabeleceu o papel fundamental que o direito tem na manutenção da hierarquia racial e ela oferece a oportunidade de se pensar processos que desafiam estes sistemas de dominação.

As ideias antecedentes da TCR já existiam nas ciências sociais muito antes desse movimento intelectual no direito. De fato, a tradição crítica entre a população da diáspora africana existia muito antes da criação das ciências sociais. Os escritos sobre as narrativas libertárias dos escravizados e os “apelos” (appeals) dos indivíduos “livres” afrodescendentes nas Américas é uma tradição digna de consideração. Os pesquisadores que sobreviveram à experiência da escravidão estabeleceram uma fundamentação analítica para responder à opressão

---

justificação biológica da raça. A passagem dos argumentos eugênicos para os culturais foi um movimento de um tipo de perspectiva essencialista, o evolucionismo biológico, para outra perspectiva essencialista, a cultural. Esta mudança testemunhou o nascimento da assimilação e o foco no comportamento improdutivo dos não assimilados, como uma perspectiva dominante - em uma palavra, o retorno a ver “o negro como um problema”).

<sup>10</sup> Zuberi, *African Diaspora*, nota 11, p. 246.

<sup>11</sup> *Id.*

<sup>12</sup> Ver *id.*, pp. 248-49 (notar que os africanos e seus descendentes assim como as mulheres publicaram trabalhos acadêmicos que criativamente desafiaram a opressão social).

<sup>13</sup> Critical Race Theory: The Key Writings, nota 6, p. xix.

social<sup>14</sup>. Esta tradição foi o produto de homens e mulheres que falaram e escreveram contra a escravização dos africanos e contra a supremacia branca. Ela começou antes do fim da escravização africana no século XIX e retorna a Quobna Ottobah Cugoano, David Walker, Robert Alexander Young, Maria W. Stewart, Martin R. Delany, Edward Blyden, Alexander Crummel, Henry M. Turner, Frederick Douglass e outros<sup>15</sup>.

Apesar desta tradição crítica entre a opressão colonial e os sujeitos escravizados, as ciências sociais se desenvolveram num tempo em que havia a necessidade de uma justificação

---

<sup>14</sup> Ver St. Clair Drake, *Black Folk Here And There: An Essay In History And Anthropology*, pp. 1-4 (1990) (descrevendo o desenvolvimento da “perspectiva negra” nas narrativas de acadêmicos do fim do século XIX e início do século XX).

<sup>15</sup> Zuberi, *African Diaspora*, nota 11, pp. 248-49. Uma das primeiras petições (appeals) foram escritas em fevereiro de 1829 por Robert Alexander Young, em Robert Alexander Young, *The Ethiopian Manifesto: Issue In Defence Of The Black Man’s Rights In The Scale Of Universal Freedom* (1829). No outono de 1829, David Walker publicou por conta própria sua própria petição, em *David Walker’s Appeal To The Coloured Citizens Of The World, But In Particular, And Very Expressly, To Those Of The United States* (1829). A petição de Walker “apresentava uma acusação militante do racismo e da escravização com um chamado às armas”. Zuberi, *African Diaspora*, nota 11, p. 249. Este ato foi seguido logo após pela insurreição de Nat Turner em Southampton County, no Estado de Virginia. *Id.* “As populações escravizadas menos educadas e menos sofisticadas” não produziram petições similares a estas, mas, para estes indivíduos “a história de suas vidas eram apelos por justiça social”. *Id.* As autobiografias de escravizados foram relatos pessoais “de que significava a liberdade, como alcançá-la, e um apelo ao fim das crueldades da escravidão”. *Id.* Após a publicação de várias outras autobiografias, a autobiografia se tornou um dos mais importantes gêneros literários em resposta às narrativas racistas sobre o lugar e o papel dos africanos na sociedade moderna. Por exemplo, Henry Bibb, *Narrative Of The Life And Adventures Of Henry Bibb, An American Slave* (1849); William W. Brown, *Narrative Of William W. Brown, An American Slave* (1847); Frederick Douglass, *Narrative Of The Life Of Frederick Douglass, An American Slave* (1845); Olaudah Equiano, *The Interesting Narrative Of The Life Of Olaudah Equiano, Or Gustavus Vassa, The African* (1789); Harriet A. Jacobs, *Incidents In The Life Of A Slave Girl* (1861); Solomon Northup, *Twelve Years A Slave: Narrative Of Solomon Northup, A Citizen Of New York, Kidnapped In Washington City In 1841, And Rescued In 1853, From A Cotton Plantation Near The Red River, In Louisiana* (1853); Moses Roper, *A Narrative Of The Adventures And Escape Of Moses Roper From American Slavery* (1838). A tradição autobiográfica entre os ex-escravizados começou como uma tradição oral e evoluiu para uma forma escrita como uma estratégia para alcançar uma audiência mais ampla e tendo um efeito mais duradouro no público. Os “fugitivos” fizeram a maior parte desses relatos da escravidão. Aqueles que compraram sua liberdade ou foram alforriados produziram outro tipo de memória da escravidão. Nomes como os de Henry Watson, Lunsford Lane, Isaac Jefferson, Peter Randolph, Austin Steward e Richard Allen - os fundadores da Igreja Metodista Episcopal Africana - são apenas poucos nesta menos conhecida tradição. Para mais informações sobre a tradição autobiográfica entre os ex-escravizados, ver *Slave Testimony: Two Centuries Of Letters, Speeches, Interviews, And Autobiographies* (John W. Blassingame ed. 1977) e Houston A. Baker Jr. *Introduction to Frederick Douglass, Narrative Of The Life Of Frederick Douglass, An American Slave*, pp. 7, 8-9 (Penguin Books, 1982) (1845). Sobre a continuidade desta tradição entre acadêmicos norte americanos, ver V.P. Franklin, *Living Our Stories, Telling Our Truths: Autobiography And The Making Of The African-American Intellectual Tradition* (1995). “De longe, a mais expressiva e importante das autobiografias de um ex-escravizado, foi a de Frederick Douglass. As Narrativas de Douglas, escrita durante a renascença da literatura americana, foi tão importante quando *Moby-Dick*, de Herman Melville (1851) e *Walden*, de Henry David Thoreau (1854) na literatura do século XIX na América”. Zuberi, *African Diaspora*, nota 11, pp. 249-250.

científica para a estratificação racial<sup>16</sup>. A Proclamação de Emancipação e as Emendas à Constituição dos Estados Unidos deram maior clareza à ideia de democracia como promotora da igualdade humana. A continuidade da existência de estratificação racial na sociedade e a hierarquia racial tanto em questões políticas quanto econômicas precisavam de uma justificação nesta nova era de democracia. Esta situação não fez nascer a objetividade na análise da raça, nem permitiu que as ciências sociais refletissem sobre a tradição crítica já presente no século XIX. As ciências sociais desenvolveram teorias e métodos de análises que ajudaram a justificar a estratificação racial<sup>17</sup>.

Após a integração de poucos acadêmicos de cor, as ciências sociais permaneceram com disciplinas que davam suporte à supremacia branca<sup>18</sup>. A integração das ciências sociais não foi feita com a finalidade de transformar a teoria sociológica ou seus métodos; de fato, muitos cientistas sociais de cor e mulheres que integraram as disciplinas se tornaram “acadêmicos brancos com peles negras”<sup>19</sup>. Este fato levou os cientistas críticos sociais a uma tradição que desafiava estes parâmetros, uma tradição que fora isolada do prestígio do pensamento central da academia.

As ciências sociais sempre tiveram seus teóricos críticos da raça<sup>20</sup>. Os específicos enfrentamentos destes indivíduos nas várias disciplinas das ciências sociais (economia, ciência política, sociologia e antropologia) decorreram da fundamentação intelectual dos movimentos sociais com os quais eles se identificavam, tais como as campanhas anti-linchamento, os

---

<sup>16</sup> Ver Zuberi, *African Diaspora*, nota 11, p. 246 (notar, por exemplo, que a sociologia “amadureceu e tornou-se independente ao mesmo tempo em que a escravização africana terminava e o colonialismo se amadurecia na África, Ásia e as Américas” e que as ciências sociais “focavam em alcançar generalidades que presumiam governar todo o comportamento humano”).

<sup>17</sup> Bonilla-Silva & Zuberi, *Toward A Definition*, nota 10, p. 16.

<sup>18</sup> *Id.*

<sup>19</sup> *Id.*

<sup>20</sup> Por exemplo, nos Estados Unidos esta tradição tem sido representada por mulheres tais como Ida B. Wells, Joyce Ladner, Patricia Hill Collins, Margaret Anderson, France Winddance Twine, Julianne Malveaux e Jane Addams; homens de cor como W.E.B. Du Bois, Abram Harris Jr., Oliver C. Cox, Aldon Morris, James Blackwell, Thomas Pettigrew, Charles V. Willie, Michael Omi, Cedric J. Robinson, Ronald W. Walters, Harold Cruse, Thomas D. Boston, William Darity Jr., James B. Stewart, Eduardo Bonilla-Silva; e alguns homens brancos, como Howard Winant, Joe R. Feagin, Robert Blauner, Charles Lemert e Craig Calloun, que cedo desafiaram os estandartes supremacistas brancos e ofereceram mais nuances à interpretação da desigualdade humana e da dignidade na sociedade. Esta lista não pretende ser enciclopédica. Thomas D. Boston, *A Different Vision: African American Economic Thought* (1997); Collins, nota 10, p. 25; Bonilla-Silva & Zuberi, *Toward A Definition*, nota 10, pp. 16-17, 19, 339; Zuberi, *African Diaspora*, nota 11, pp. 257-61.

movimentos sufragistas e feministas, o pan-africanismo, o movimento Poder Negro (Black Power), dos direitos civis, antirracismo e outras lutas pela igualdade e dignidade humanas<sup>21</sup>. Na verdade, W. E. B. Du Bois, Ida B. Wells, Aimé Césaire, C. L. R. James, Frantz Fanon, Anna Julia Cooper, Oliver C. Cox e E. Franklin Frazier poderiam ser todos categorizados como acadêmicos críticos pan-africanistas da raça, embora eles não definam singularmente sua tradição como um movimento no mesmo sentido que os teóricos críticos da raça o fazem no direito.

Uma perspectiva assimilacionista dominou a sociologia da raça<sup>22</sup>. “A partir desta perspectiva, [não-brancos] representavam um problema de assimilação social”<sup>23</sup>. A maioria dos sociólogos “seguiram a pesquisa nas ciências sociais sem qualquer reserva à influência da raça e da economia de mercado” em suas perspectivas. Estes estudos com frequência produziam estatísticas raciais diferentes, as quais eram usadas para justificar a continuidade da estratificação racial e rejeitar a humanidade dos não-brancos<sup>24</sup>. “As tendências dentro do espectro da perspectiva assimilacionista variam de acordo com a moralização dos vários autores por meio de pesquisas em segregação e estratificação social e econômica”<sup>25</sup>.

No curso da sua vida, W. E. B. Du Bois atuou como o principal desafiador das visões sobre assimilacionismo e foi a principal figura no surgimento de uma perspectiva afrocentrada:

Du Bois avançou em uma criativa perspectiva crítica que se tornou afrocentrada. Por exemplo, ele publicou [*Darkwater: voices from within the veil* (1920);] *Black Reconstruction in America* (1935); *Black Folk: Then and now* (1939); *An Essay in the History and Sociology of the Negro Race* (1939); [*Color and Democracy* (1945);] e *The World and Africa: An Inquiry into the Part Which Africa Played in World History* (1946). Neste corpo de trabalhos, Du Bois focou no estudo de casos históricos que representassem a complexidade da

---

<sup>21</sup> Zuberi, *African diaspora*, nota 11, pp. 250-251.

<sup>22</sup> Ver James B. Mckee, *Sociology And The Race Problem: The Failure Of Perspective*, pp. 6-7, 121-124 (1993) (descrevendo a influência do conceito de assimilação nos estudos sociais das relações raciais); Tukufo Zuberi, *The Population Dynamics Of The Changing Color Line*, em *Problem Of The Century: Racial Stratification In The United States*, pp. 145, 145-147 (Elijah Anderson & Douglas S. Masey eds., 2001) (observando como “a assimilação e a estratificação racial define a dinâmica da raça”); Zuberi, *African Diaspora*, nota 11, p. 252 (“A perspectiva assimilacionista apresenta o maior problema social como um problema de integração social dos segmentos desviantes da sociedade”).

<sup>23</sup> Zuberi, *African Diaspora*, nota 11, p. 252.

<sup>24</sup> Zuberi, *Thicker Than Blood*, nota 11, p. 106 (“Estatísticas sociais têm sido utilizadas para justificar a estratificação racial. Entre estatísticos sociais, há uma tendência implícita para aceitar a oculta lógica do raciocínio racial que se tem desenvolvido”).

<sup>25</sup> Zuberi, *African Diaspora*, nota 11, p. 252.

estratificação racial [e respectiva exclusão da democracia e da economia]. Nesses trabalhos, nós encontramos uma perspectiva que é fortemente influenciada pelo trabalho de Karl Marx, mas que também acresce a importância dos africanos e outras pessoas de cor, bem como das pessoas oprimidas. O Du Bois maduro expressava em seu trabalho uma longa tradição de reinserção intelectual do espaço africano na sociedade como um ator. O antigo trabalho sociológico de Du Bois apresentava uma contra-narrativa à perspectiva assimilacionista, especialmente, em relação ao papel que as pessoas africanas tiveram na formação da sociedade moderna.

Para Du Bois, entender a sociedade moderna é essencial para entender os africanos. A falha do eurocentrismo é que ele fornece uma imagem corrompida da experiência humana. Ao ignorar as contribuições da África - e nós podemos crescer a Ásia e a América - o eurocentrismo faz da Europa um modelo para o mundo sem totalmente entender o mundo.

O surgimento das perspectivas afrocentradas coincide com o surgimento do pan-africanismo. Como Drake anotou, acadêmicos [desta tradição] “veem seus lugares não apenas como envolvendo a população negra em todos os lugares, mas também como sendo organicamente relacionado com as lutas em geral do Terceiro Mundo e a luta mundial do proletariado e camponeses a despeito da raça”<sup>26</sup>.

As vozes nesta tradição variaram de Sojourner Truth, em sua apresentação oral em apoio à humanidade de mulheres e afro-americanos,<sup>27</sup> a Ida B. Wells, em sua histórica luta contra as brutalidades da supremacia branca<sup>28</sup>, a Anna Julia Cooper, em seus corajosos esforços para identificar as dimensões de classe e gênero da dominação racial nas comunidades afro-americanas<sup>29</sup>. Vários textos e revistas marcaram os parâmetros deste debate em todo o mundo. Esses textos incluem *The World and Africa: an inquiry into the part which Africa has played in World History* (1946), de W. E. B. Du Bois; o ensaio de Jean Paul Sartre, *Black Orpheus* (1948); *Black Power: a record of reactions in a land of pathos* (1954), de Richard Wright; *Discourse on colonialism* (1955), de Aimé Césaire; *Pan-africanism or comunism?: The coming struggle for Africa* (1956), de George Padmore; *The colonizer and the colonized* (1957), de Albert Memmi;

---

<sup>26</sup> *Id.* p. 255.

<sup>27</sup> Sojourner Truth, “Ain’t I a woman?” Discurso na Convenção das Mulheres, Akron, Ohio (Dec. 1851), em *Mod. Hist. Sourcebook*. Disponível em: <<http://www.fordham.edu/halsall/mod/sojtruth-woman.html>> (acesso em 20.04.2011).

<sup>28</sup> Lee D. Baker, *Ida B. Wells-Barnett and her passion for justice*. Duke Univ. (abril, de 1996). Disponível em: <<http://www.duke.edu/~ldbaker/classes/AAIH/caaih/ibwells/ibwbkgrd.html>>. Ver também Paula J. Giddings, *Ida: A Sword Among Lions* (2008); Ida B. Wells-Barnett, *On Lynchings: Southern Horrors, Linch Law In All Its Phases* (1892).

<sup>29</sup> Anna Julia Cooper, *The Voice Of Anna Julia Cooper* (Charles Lemert & Esme Bhan eds. 1998).

*White man, listen!* (1957), de Richard Wright, e periódicos como *The Crisis*, *The Journal of Negro History*, *Présence Africaine*, *La Revue du Monde Noir* e *African Revolution*.

Como os abolicionistas antes deles, acadêmicos defendendo esta perspectiva facilitaram uma resposta às injustiças do colonialismo e à marginalização da África e seus descendentes. Esta perspectiva, contudo, não forneceu uma adequada crítica aos objetivos estruturais e funcionais hegemônicos das ciências sociais em que predominava uma perspectiva assimilacionista<sup>30</sup>. Ao priorizar classe sobre a raça, alguns teóricos críticos ficaram cegos para modos criativos e formas de mudança social. Para ilustrar, muitos sociólogos críticos, como Oliver C. Cox, sugeriram que a possibilidade de um movimento nacionalista era escassa em sociedades estratificadas racialmente, como os Estados Unidos, mas eram otimistas sobre o nacionalismo na África. Cox, por exemplo, percebeu que “Os negros americanos provavelmente nunca se tornarão nacionalistas; o equilíbrio numérico das raças nunca permitirá o desenvolvimento do antagonismo nacionalista por parte da população de cor. [...] Embora seja bastante certo que os negros africanos em cada colônia continental irão, com o tempo, desenvolver o nacionalismo”<sup>31</sup>. Como sabemos, contudo, os movimentos dos direitos civis e do Poder Negro (Black Power) resultaram na Lei de Direitos Civil, em 1957, e forçaram a aprovação dos Atos de Direitos Civis em 1964 e em 1966<sup>32</sup>. O Movimento Nacional de Libertação pôs fim à forma clássica de colonialismo europeu na maior parte da África. Ao mesmo tempo, é importante lembrar que o sucesso do movimento por direitos civis e a aprovação vitoriosa de várias leis sobre direitos civis e normas (acts) não estiveram necessariamente alinhados com as aspirações do movimento do Poder Negro<sup>33</sup>. Esta contradição entre o movimento do Poder Negro e o movimento dos direitos civis pode nos ajudar a entender os limites do projeto assimilacionista. Acadêmicos como W.E.B. Du Bois, George Padmore e Frantz Fanon participaram dos esforços para criar e dar suporte a movimentos de libertação nacional, assim como na causa dos movimentos pelos direitos civis nos

---

<sup>30</sup> Ver Mckee, nota 24, pp. 3-4 (descrevendo as deficiências nos estudos sociológicos das relações raciais e notando que “sociólogos das relações raciais [tem falhado] em compreender totalmente seu próprio objeto de estudo”).

<sup>31</sup> Oliver Cromwell Cox, *Caste, Class, And Race: A Study In Social Dynamics*, p. 403 (1948).

<sup>32</sup> Mary Frances Berry, *Black Resistance White Law: A History Of Constitutional Racism In America*, pp. 140, 159, 170 (Penguin Press 1971).

<sup>33</sup> Ver Kwame Ture & Charles V. Hamilton, *Black Power: The Politics Of Liberation In America*, pp. 50-53 (Vintage Books, 1992) (1967) (descrevendo as diferenças entre os significados e objetivos dos movimentos dos direitos civis e do Poder Negro e notando que as leis de direitos civis foram “efetivamente anuladas por uma deliberada fraca execução”).

Estados Unidos. Tais esforços como os deles produziram uma crítica de como a raça era estudada nas principais disciplinas<sup>34</sup>. Ainda assim, a perspectiva assimilacionista continuou a impedir qualquer consideração sobre os efeitos sociais do movimento do Poder Negro nos Estados Unidos, Caribe, América Latina e do movimento anticolonial na África. Este ponto foi resumido no debate em torno do trabalho de Michael Hanchard sobre Pierre Bourdieu e Loïc Wacquant<sup>35</sup>.

## **O MOVIMENTO DA TEORIA CRÍTICA DA RAÇA DENTRO DA TRADIÇÃO**

Ao focar no poder racial dentro da sociedade, a TCR é uma clara articulação moderna da crítica desenvolvida no início do século XX sobre as fundações da racionalidade ocidental que dão base à lógica branca. É importante reconhecer que, no presente momento, as ciências sociais continuam a ser dominadas pela lógica branca nas suas análises, métodos e teorias;<sup>36</sup> e o mesmo

---

<sup>34</sup> Ver St. Clair Drake, *Diaspora Studies & Pan-Africanism*, em *Global Dimensions Of The African Diaspora*, pp. 341, 380 (Joseph E. Harris (ed.), Primeira Edição, 1982) (sugerindo que “mais do que nos principais programas de estudos africanos [...] os estudos diaspóricos tiveram sua maior oportunidade de florescimento como uma atividade cooperativa entre acadêmicos afro-americanos, africanos e indígenas ocidentais e aqueles acadêmicos não-negros que desejavam estar associados com eles”).

<sup>35</sup> Ver Pierre Bourdieu & Loïc Wacquant, *On The Cunning Of Imperialist Reason*, *Theory, Culture & Soc’y*, feb. 1999, pp. 41, 44 (observando que “ao se aplicar as categorias raciais norte-americano à situação brasileira [*racismo mascarado*], [Hanchard] faz uma história particular do movimento dos direitos civis nos Estados Unidos em um padrão universal para a luta de todos os grupos oprimidos com base na cor (ou casta); Michael Hanchard, *Acts Of Misrecognition: Transnational Black Politics, Anti-Imperialism And The Ethnocentrism Of Pierre Bourdieu And Loïc Wacquant*, *Theory, Culture & Soc’y*, aug. 2003, pp. 5, 5-7 (afirmando que Bourdieu e Wacquant identificam o autor e outros acadêmicos americanos como reprodutores e disseminadores de um imperialismo cultural norte-americano na análise desses autores a respeito das relações raciais no Brasil em comparação com o movimento dos direitos civis nos Estados Unidos); Michael Hanchard, *Afro-Modernity: Temporality, Politics, And The African Diaspora*, p. 11. *Pub. Culture*, pp. 245, 245, 257-67 (1999) (concluindo que “seja na forma do estado-nação ou de ideias universais sobre os direitos humanos, de nacionalismo negro e racial, assim como outros modos de identidade coletiva, tem-se invariavelmente reagido contra ou inovado em relação aos discursos da modernidade” e explorando esta disputa através de estudos das relações raciais e movimentos dos direitos civis no Caribe e na América do Sul, Gana e os Estados Unidos).

<sup>36</sup> Bonilla-Silva & Zuberi, *Toward A Definition*, nota 11, pp. 17-18 (“*lógica branca*, então, refere-se a um contexto no qual a supremacia branca definiu as técnicas e os processos de racionalização sobre os fatos sociais. A lógica branca assume uma postura histórica que garante objetividade eterna às visões das elites brancas... Além disso, a lógica branca opera para promover a ‘alienação debilitante’ entre os racialmente oprimidos, na medida em que eles são lançados como [pessoas] ‘em um mundo de significados pré-existentes no qual são incapazes de fazerem sentido’ (alteração no original) (citações omitidas); veja também Zuberi & Bonilla-Silva, *Telling The Real Tale*, nota 9, pp. 330-32 (apontando falhas na lógica branca e declarando que “mais do que levar a uma objetividade científica, a lógica branca promoveu uma orientação etnocêntrica”).

talvez possa também ser dito para o direito. Grande parte das perspectivas críticas são uma fusão da filosofia de “esquerda” com análises sociais de “direita”. Isto é: a maior parte das análises críticas não focam na sobrevivência e na liberdade dos seres humanos, nem sugerem um futuro diferente. Frequentemente, a visão crítica provou ser mais ideológica e menos transformativa. É importante para uma perspectiva crítica abraçar criativamente o que ela pode ser<sup>37</sup>. O que é preciso é uma crítica do objetivo hegemônico estrutural e funcional da ciência social (como sugeriu Alvin Gouldner em *The Coming Crisis of Western Sociology*<sup>38</sup> e Jürgen Habermas em *The Theory of Communicative Action*<sup>39</sup>) somada às perspectivas pós-estruturalistas e anticolonialistas de Frantz Fanon, Aimé Césaire, Michel Foucault e Edward Said<sup>40</sup>. Essa reflexividade sugere uma perspectiva mais crítica, como a refletida nos primeiros trabalhos de diversos intelectuais como Oliver C. Cox<sup>41</sup> e Fanon<sup>42</sup>. Para muitos sociólogos modernos, o volume clássico de 1973 editado por Joyce A. Ladner, intitulado *The Death of White Sociology*, revigorou a tradição do pensamento crítico nas ciências sociais<sup>43</sup>. Acadêmicos inseridos nessa perspectiva têm procurado interrogar os ideais sociais e os fatos como pesquisadores auto-reflexivos.

Mais recentemente, estudiosos começaram a minar as reivindicações científicas das ciências sociais geralmente se engajando tanto nas dimensões metodológicas como teóricas das disciplinas<sup>44</sup>. Essa crítica é também refletida no trabalho teórico dos estudos sobre estratificação

---

<sup>37</sup> Ver Robin D.G. Kelley, *Freedom Dreams: The Black Radical Imagination*, p. xii (2002) (“Eu concebi *Freedom Dreams* como os esforço preliminar de recuperar ideias/visões, moldadas principalmente por aqueles ativistas negros marginalizados que propuseram diferentes caminhos fora das restrições que nos impunham”)

<sup>38</sup> Ver Alvin W. Gouldner, *The Coming Crisis Of Western Sociology*, p. 3 (1970) (“A crítica e a transformação da sociedade podem ser divorciadas apenas sob a nossa postura de colocar em risco a crítica e a transformação das teorias sobre a sociedade”).

<sup>39</sup> Ver Jürgen Habermas, *The Theory Of Communicative Action*, pp. xli-xliv (Polity Press, 1986) (1984) (integrando as investigações históricas e sistemáticas das análises do autor).

<sup>40</sup> Ver Lewis R. Gordon, *Theorizing Race and Racism in an Age of Disciplinary Decadence*, *Shibboleths: J. Comp. Theory*, 2006, pp. 20–26.

<sup>41</sup> Ver, Cox, nota 34, pp. ix, xi, xvi-xvii (criticando trabalhos anteriores por serem “altamente filosóficos e abstratos” e apontando que essas características do sistema de casta são “muito importantes como uma base para o entendimento de outros tipos de sistemas social”, para as quais a primeira parte inteira do livro é dedicada).

<sup>42</sup> Ver Frantz Fanon, *Black Skin, White Masks*, pp. 10–11 (1967) (desenvolvendo uma análise psicológica e ainda observando que “a efetiva desalienação do homem negro implica em um imediato reconhecimento das realidades social e econômica”).

<sup>43</sup> *The Death Of White Sociology* (1973).

<sup>44</sup> Ver Linda Tuhiwai Smith, *Decolonizing Methodologies: Research And Indigenous Peoples*, p. 9 (1999) (“A segunda parte do livro examina diferentes abordagens e métodos que estão sendo desenvolvidos para assegurar que a

econômica<sup>45</sup>, da sociologia da libertação<sup>46</sup>, do pensamento negro feminista<sup>47</sup>, da teoria crítica da raça<sup>48</sup> e da formação racial<sup>49</sup>. Essas perspectivas compartilham a visão de que a sociedade moderna deve ser entendida em um contexto mais amplo do que aquele estabelecido pelas explicações tradicionais. O ponto aqui é mostrar que a TCR desenvolveu, no mesmo sentido, “lutas sobre os termos pelos quais o poder racial seria entendido no período pós-reforma” das ciências sociais<sup>50</sup>.

O movimento da TCR é, então, parte de um movimento geral contra o poder racial. Especificamente, antes do movimento da TCR, os Estados Unidos experienciaram o movimento dos estudos afro-americanos nas décadas de 1960 e 1970.

---

pesquisa com as populações indígenas sejam mais respeitáveis, éticas, compreensíveis e aproveitáveis”); *Race And Ethnicity In Research Methods*, p. 3 (John H. Stanfield II & Rutledge M. Dennis eds., 1993) (“[Stanfield] organizou o presente volume três anos atrás em um esforço para encorajar os pesquisadores dos estudos sobre raça e etnicidade nas ciências sociais estadunidenses a pensar criticamente nos nervos epistemológicos e teóricos das metodologias”); *researching race and racism*, p. 10 (Martin Bulmer & John Solomos eds., 2004) (“Ao pensar sobre colocar essa coleção editada em conjunto, nós queríamos abrir espaço para uma ampla variedade de perspectivas teóricas e metodológicas”); France Winddance Twine, *Racial Ideologies and Racial Methodologies*, in *Racing Research, Researching Race: Methodological Dilemmas In Critical Race Studies*, pp. 1, 26–27 (France Winddance Twine & Jonathan W. Warren eds., 2000) (“Eu encomendei os capítulos desse volume na tentativa de avançar os debates teóricos no campo acadêmico dos métodos de pesquisa qualitativa sobre os dilemas particulares que as ideologias raciais e os campos racializados geram para os pesquisadores... Além disso, eu queria integrar as questões dos metodólogos e dos teóricos críticos da raça em um único livro”); Zuberi & Bonilla-Silva, *Telling The Real Tale*, nota 9, p. 329 (argumentando que “o nosso objetivo específico neste capítulo é iluminar novas reflexões sobre os métodos, assim como virar o jogo sociológico que fez com que a sociologia transformasse nós, pessoas de cor, em um problema”).

<sup>45</sup> Ver William Darity, Jr., *Stratification Economics: The Role of Intergroup Inequality*, 29 *J. Econ. & Fin.*, pp. 144, 144 (2005) (propondo que “a emergência das estratificações econômicas constituem uma enraizada alternativa sistemática e empírica para o conhecimento convencional sobre as disparidades intergrupais”); William Darity, Jr., *Stratification Economics: Context Versus Culture and the Reparations Controversy*, 57 *U. Kan. L. Rev.*, p. 795 (2009); James B. Stewart, *Economics, Stratification*, in 2 *International Encyclopedia of the Social Sciences* 530, 530–31 (William A. Darity, Jr. ed., 2d ed. 2008) (notando que as estratificações teóricas econômicas confrontam as reivindicações científicas das ciências sociais e acreditando que desafios posteriores surgirão enquanto a disciplina evolui).

<sup>46</sup> Ver Joe R. Feagin & Hernán Vera, *Liberation Sociology*, pp. viii–ix, 3 (2d ed. 2008) (discutindo como as teorias sociológicas e a sociologia são ensinadas e descrevendo que os sistemas teóricos nos quais os teóricos sociais focam).

<sup>47</sup> Ver Collins, nota 10, pp. xii–xiii (atentando-se em examinar as experiências e as ideias das mulheres negras).

<sup>48</sup> Ver David Theo Goldberg, *The Racial State*, pp. 1–2 (2002) (descrevendo o estado da teoria racial como “terrivelmente cansado” e sugerindo que “o moderno estado... é um estado ou uma série de condições que assume características racialmente variadas a partir da diferença nos meios sociais específicos”); *Race Critical Theories: Text And Context*, p. 1 (Philomena Essed & David Theo Goldberg eds., 2002) (estabelecendo que o livro “traz conjuntamente uma variedade de teóricos influentes da raça e do racismo de tradição crítica dos últimos vinte anos”).

<sup>49</sup> Ver Michael Omi & Howard Winant, *Racial Formation In The United States: From The 1960s To The 1990s*, p. 1 (2d ed. 1994) (criticando as noções de que os Estados Unidos são uma “sociedade de cegueira racial”).

<sup>50</sup> Crenshaw, *Twenty Years*, nota 7, p. 1272.

Durante este período de grandes transformações sociais, os teóricos sociais começaram a reconsiderar as implicações das políticas de raça e gênero tanto nos níveis nacional como internacional. Acadêmicos da diáspora africana haviam sustentado, há muito tempo, que somente entendendo a descolonização e a desracialização eles poderiam entender o desenvolvimento do capitalismo e da sociedade moderna<sup>51</sup>. A emergência dos movimentos nacionalistas no plano internacional e dentro do próprio Estados Unidos mudaram a maneira como os estudiosos viam a ciência social. No clássico *Black Power: The Politics of Liberation in America*, Kwame Ture e Charles V. Hamilton argumentaram que:

Pessoas negras precisam redefinir a si mesmos e somente *eles* podem fazer isso. Por todo este país, vastos segmentos das comunidades negras estão começando a reconhecer a necessidade de elaborar suas próprias definições, de reivindicar sua própria história, sua própria cultura; de criar o seu próprio senso de comunidade e pertencimento. Há um ressentimento crescente em torno da palavra “preto”, por exemplo, pois este termo é uma invenção do nosso opressor; é a imagem dele sobre nós que o termo descreve. Muitos de nós negros estamos agora chamando a nós mesmos de americanos-africanos, afro-americanos ou pessoas negras, porque esses termos representam a nossa imagem sobre nós mesmos<sup>52</sup>.

Da mesma forma, muitos acadêmicos criaram uma nova imagem sobre eles mesmos e sobre os seus respectivos locais na sociedade. A rejeição do eurocentrismo resultou em um esforço para promover um novo discurso e, neste caminho, o sucesso do movimento dos estudos negros foi para além das experiências dos afro-americanos<sup>53</sup>. De fato, o movimento dos estudos

---

<sup>51</sup> Ver, Du Bois, *Black Reconstruction*, nota 12, pp. 3-16 (recontando o papel da escravidão no comércio dos Estados Unidos, descrevendo a exploração dos trabalhadores negros e notando que “o trabalhador negro... [foi a] pedra fundamental do novo sistema econômico no século XIX e do mundo moderno); Ver também COX, nota 34, pp. 321-22 (observando que o preconceito europeu e a exploração comercial de pessoas desenvolveram-se com a emergência do capitalismo e do nacionalismo, e que o antagonismo racial marca as políticas e atitudes dos europeus e norte-americanos brancos, os principais proponentes do capitalismo).

<sup>52</sup> Ture & Hamilton, nota 36, p. 37.

<sup>53</sup> O movimento dos estudos negros nos Estados Unidos representa uma resposta intelectual à tradição assimilacionista no conhecimento acadêmico eurocêntrico. O movimento dos estudos negros é parte do movimento Black Power. Como observa Mauna Karenga no seu popular *Introduction to Black Studies*, “os estudos negros são enraizados nas visões sociais e nas lutas da década de 60 que objetivavam o poder negro, a libertação e um nível mais elevado da vida humana. Assim, tem tido desde o seu início, um impulso e uma missão acadêmico e social”. Maulana Karenga, *Introduction To Black Studies*, p. 3 (2d ed. 1993). Os estudos negros buscam desafiar criticamente a dominação eurocêntrica no conhecimento acadêmico e forjar um novo discurso intelectual acerca da vida humana. Ver, 21 (“os estudos negros desafiam tanto o conteúdo cultural do que se tem como ocidental bem como a própria definição de ocidental em si, argumentando por interpretações multiculturais do hemisfério ocidental mais do que por uma visão eurocêntrica”).

negros foi seguido pela criação dos estudos das mulheres, dos estudos hispânicos, dos estudos asiático-americanos, dos estudos nativo-americanos e, mais recentemente, dos estudos queer. É importante ressaltar que esse processo foi replicado em termos de “formações subsequentes, tais como a LatCrit e a QueerCrit, que são retornos, subprodutos ou fragmentos da TCR”<sup>54</sup>.

O movimento da TCR é uma parte importante dos esforços para a redenção racial. Ele oferece uma oportunidade única para confrontar a lógica branca que serve de base para as ciências sociais, estando enraizado em uma epistemologia da libertação<sup>55</sup>. A TCR, assim, contribuiu para essa nova epistemologia, articulando os contornos do poder racial e minando a lógica da realidade pós-racial.

Tal perspectiva tem que começar com o reconhecimento de que classe e raça são fenômenos dialéticos. Stuart Hall sugere uma “abordagem não-reducionista das questões concernentes às inter-relações entre raça e classe”<sup>56</sup>. Ao não reduzirmos o problema à articulação única determinante da opressão – classe ou raça –, nós evitamos a construção de argumentos circulares e dogmáticos. Perceber o problema a partir de uma perspectiva pura da classe limita nossa habilidade para entender as dinâmicas de raça<sup>57</sup>. Da mesma maneira, ao ver o problema a partir de uma perspectiva que privilegia a raça sobre a classe, nós entramos naquilo que Cornel West chama de “armadilhas do raciocínio racial”<sup>58</sup>. Há muito tempo, essa perspectiva se ocupou,

---

<sup>54</sup> Crenshaw, *Twenty Years*, nota 7, pp. 1277–78.

<sup>55</sup> Ver Feagin & Vera, nota 49, p. 36 (“a sociologia da libertação busca estimular o debate no campo da sociologia... Ela consegue promover pesquisas que suportem as lutas dos oprimidos contra opressões classistas, racistas, machistas, homofóbicas e outros tipos de autoritarismo”); Bonilla-Silva & Zuberi, *Toward a definition*, nota 10, pp. 15-20 (identificando quatro problemas fundamentais da lógica branca e dos métodos brancos postos para a sociologia e seus praticantes, especialmente na sociologia contemporânea); Paula M.L. Moya, *Posmodernism, “Realism,” and the Politics of Identity: Cherié Moranga and Chicana Feminism*, in *Feminist Genealogies, Colonial Legacies, Democratic Futures*, pp. 125, 136-41 (M. Jacqui Alexander & Chandra Talpade Mohanty eds., 1997) (articulando uma “consideração realista da identidade chicana que teoriza as conexões entre o local social, a experiência, o privilégio epistêmico e a identidade cultural”).

<sup>56</sup> Stuart Hall, *Gramsci's Relevance for the Study of Race and Ethnicity*, 10 *J. Comm. Inquiry*, pp. 5, 24 (1986).

<sup>57</sup> Ver Candace West & Sarah Fenstermaker, *Power, Inequality, and the Accomplishment of Gender: An Ethnomethodological View*, in *Theory On Gender/Feminism On Theory*, pp. 151, 154-55 (Paula England ed., 1993) (notando que, no que se refere aos estudos de gênero, “descrições empíricas do ‘papel masculino’ e do ‘papel feminino’ tendiam a tratar as experiências das pessoas da classe média branca como protótipo, relegando o que era diferente a esse protótipo ao status de casos desviantes”, atitude que “reduz a utilidade explanatória dessa abordagem em compreender a diversidade das relações de gênero através dos diferentes grupos”).

<sup>58</sup> Ver Cornel West, *Race Matters*, pp. 35–49 (Vintage Books 1st ed. 1994) (1993) (criticando a indicação de Clarence Thomas para a Suprema Corte dos Estados Unidos porque a sua raça foi enfatizada antes das suas qualificações e notando que os líderes negros foram pegos em um sistema de raciocínio racial que não os permite endereçar diretamente a linguagem manipulativa).

com sucesso, com os argumentos relativos à cultura da pobreza; entretanto, esses mesmos argumentos ressurgiram<sup>59</sup>.

## **PARA UMA CRÍTICA DA CEGUEIRA PÓS-RACIAL**

O Movimento Pelos Direitos Civis buscou o progresso racial usando o direito como a base dos seus protestos<sup>60</sup>. Essa tendência se refletiu, também, em certos elementos do movimento do Poder Negro, que testemunhou o Partido dos Panteras Negras usando os códigos legais para justificar diversas das suas ações<sup>61</sup>. De fato, é nesta dimensão do Movimento Pelos Direitos Civis que talvez possa ser explicada a narrativa de Crenshaw sobre a origem da TCR como um movimento intelectual. A TCR emerge no momento em que há uma grande necessidade de uma posição crítica sobre os discursos em torno do estado de direito e o local da raça na luta por justiça social<sup>62</sup>. A retórica pós-racial desse momento funciona como uma máscara poderosa sobre as persistências da realidade racial. Como nota Eduardo Bonilla-Silva, “hoje em dia, exceto membros de organizações supremacistas brancas, poucos brancos nos Estados Unidos reivindicam ser ‘racistas’”<sup>63</sup>. A retórica da cegueira racial é, na verdade, uma forma de racismo que facilitou a rearticulação das até então derrotadas justificações para a estratificação racial como declarações de suporte para a justiça social. A cooptação pela direita política das palavras de Martin Luther King são um exemplo dessa tendência<sup>64</sup>.

---

<sup>59</sup> Ver Mario Luis Small et al., *Reconsidering Culture and Poverty*, Annals Am. Acad. Pol. & Soc. Sci., May 2010, pp. 6, 23 (reconhecendo a “importância das condições macroestruturais, tais como as de concentração de riqueza e renda[,] [e] de segregação espacial entre as classes e grupos raciais” na explicação da “reprodução da pobreza”).

<sup>60</sup> Aldon D. Morris, *The Origins Of The Civil Rights Movement: Black Communities Organizing For Change*, p. xi (1984).

<sup>61</sup> Ver Huey P. Newton, *Revolutionary Suicide*, p. 114-115 (1973) (discutindo como os Panteras Negras utilizaram a lei para dar suporte a sua comunidade e armar suas patrulhas).

<sup>62</sup> Ver Crenshaw, *Twenty years*, nota 7, p. 1272 (descrevendo trabalhos acadêmicos que tiveram uma significativa influência fundacional na TCR e observando que “[A Teoria Crítica da Raça] emergiu não apenas como uma intervenção crítica numa específica contestação institucional sobre raça, mas também como a intervenção da raça num espaço crítico”).

<sup>63</sup> Eduardo Bonilla-Silva, *Racism Without Racists: Color-Blind Racism In The Persistence Of Racial Inequality In The United States*, p. 1 (Rowman & Littlefield Publishers, 2003).

<sup>64</sup> Para mais exemplos desses esquemas de racismo cego, ver *id.*, pp. 25-52.

O “projeto conservador de associar a cegueira racial com o iluminismo racial, e a advocacia por justiça racial como política do ressentimento”<sup>65</sup> é um flagrante movimento da direita; no entanto, os também chamados “programas universalistas” e as “políticas universais” reivindicados pelos liberais e muitos outros progressistas são, também, igualmente conservadores<sup>66</sup>. Uma perspectiva mais radical enxerga a raça como um problema a ser superado. Para este ponto de vista, a consciência da raça é necessária. Essa consciência é fundamental para se chegar à mudança racial. A eliminação da consciência racial deve ser acompanhada pela abolição da discriminação racial, da exclusão e da dominação. Como esse processo é articulado em diferentes campos de estudos, ele é, entretanto, determinado por dinâmicas específicas de cada disciplina. Crenshaw apropriadamente descreve a luta dos Estudos Críticos do Direito e dos Estudos Feministas Críticos do Direito para manter um tipo de consciência racial no direito que teve como origem o movimento da TCR<sup>67</sup>. As vinte e quatro pessoas que compareceram à reunião fundacional da TRC foram, por definição, os indivíduos que definiram um tipo de consciência racial como elemento necessário à promoção e ao entendimento da posição contestada daqueles que estão no poder em relação às minorias racializadas em uma posição de subjugaçã<sup>68</sup>.

No contexto geral, a pesquisa crítica da raça é baseada na epistemologia da emancipação racial, examina as práticas do poder racial e trabalha para a eliminação dos efeitos da supremacia branca<sup>69</sup>. Como parte desse tipo de pesquisa, a perspectiva crítica da raça é informada pelas experiências dos diversos grupos racializados no mundo que sofrem os efeitos das várias formas de supremacismo branco. A TCR, juntamente com os teóricos críticos da raça na sociologia, está em *solidariedade* nas suas aspirações pela justiça social dos oprimidos de todos os lugares. O movimento da TCR está, também, em solidariedade com as aspirações dos direitos humanos e da justiça social. O que chamamos de epistemologia da emancipação racial não pode ser subsumido

---

<sup>65</sup> Ver Crenshaw, *Twenty Years*, nota 6, pp. 1285-86.

<sup>66</sup> Ver William Julius Wilson, *The new social inequality and affirmative opportunity*, em *The New Majority: Toward A Popular Progressive Politics*, pp. 57, 74-75 (Theda Skocpol & Stanley B. Greenberg eds. 1997) (advogando por novos programas universais sociais que se voltem para a desigualdade racial).

<sup>67</sup> Ver Crenshaw, *Twenty Years*, nota 7, p. 1273-76 (descrevendo a luta contra a raça nos Estudos Críticos do Direito (Critical Legal Studies) e a final emergência dessa consciência na Teoria Crítica da Raça).

<sup>68</sup> Ver id. pp. 1262-63 (descrevendo as características unificadoras dos indivíduos presentes no primeiro encontro da Teoria Crítica da Raça).

<sup>69</sup> Ver Zuberi & Bonilla-Silva, *Telling The Real Tale*, nota 9, pp. 335-39.

a projetos universalistas de direitos humanos, de cidadania global ou de igualdade de classe, no entanto, deseja elevar esses projetos para além das suas diversas limitações históricas<sup>70</sup>. Na realidade, a maioria dos teóricos críticos da raça na sociologia concordariam sinceramente com os argumentos de Crenshaw sobre o discurso *A More Perfect Union* de Barack Obama enquanto um “lustró pós-racialista sobre a cegueira racial”<sup>71</sup>. A realidade social de persistência da pobreza, da violência nos centros urbanos, das taxas de desemprego sem precedentes das pessoas de cor, das assombrosas taxas de encarceramento, dos acordos entre ricos e poderosos e da falência da tentativa de representar os interesses de pobres e negros, os quais votaram em números até então inauditos, são uma indicação de que a cegueira racial é justamente isso, ou seja, a ausência de percepção das realidades dos “direitos das minorias” e a solidariedade com o poder das elites.

Os cientistas sociais críticos sobre as questões raciais fornecem dados, argumentos, contra-narrativas e toda a sorte de munição intelectual contra as representações dominantes sobre os grupos racializados e a desigualdade racial. Eu sugeri, mais acima, que o legado e a história da pesquisa deles, que vêm desde o trabalho *The Philadelphia Negro*, de Du Bois<sup>72</sup>, continuam hoje em dia nas tentativas de cientistas políticos, economistas, sociólogos e antropólogos de engajar suas disciplinas em um sentido similar àquele percebido no movimento da TCR no direito<sup>73</sup>. Para realizar essa tarefa, os cientistas sociais críticos foram racialmente conscientes e engajados em uma análise sistemática da estratificação racial e de seus efeitos<sup>74</sup>. Um sociólogo academicamente neutro ou mesmo liberal não conseguiria adequadamente fazer este trabalho<sup>75</sup>. Esforços jurídicos

---

<sup>70</sup> Ver id. P. 330-35 (descrevendo as estruturas da epistemologia de liberação racial e manifestando apoio à aceitação de diferenças grupais para encorajar uma participação universal nas instituições sociais e políticas). Para exemplos de pesquisas nas ciências sociais que têm tentado ver essas questões Ernesto Laclau & Chantal Mouffe, *Hegemony And Socialist Strategy: Towards A Radical Democratic Politics*, pp. 3-5 (Winston Moore & Paul Cammack trans. 1985); Mark Q. Sawyer, *Racial Politics In Post-Revolutionary Cuba*, Pp. Xvii-Xix (2006); Gerhard Schutte, *What Racists Believe: Race Relations In South África And The United States*, pp. 1, 5-10 (1995); Iris Marion Young, *Justice And The Politics Of Difference*, pp. 8, 10-13 (1990).

<sup>71</sup> Crenshaw, *Twenty Years*, nota 7, p. 1289.

<sup>72</sup> W.E.B. Du Bois, *The Philadelphia negro: a social study*, Em *Publications Of The University Of Pennsylvania: Series In Political Economy And Public Law* (1899).

<sup>73</sup> Crenshaw, *Twenty Years*, nota 7, pp. 1253-54 & n. 2-5.

<sup>74</sup> Ver Jerry Kang, *Trojan Horses of Race*, 118 *Harv. L. Rev.* pp. 1489, 1591-92 (2005) (“Analistas jurídicos, social cognicionistas [...], psicólogos evolucionistas, neurobiologistas, cientistas da computação, cientistas políticos, economistas e juristas comportamentais cooperam para aprofundar nosso entendimento sobre o comportamento humano em geral e sobre os mecanismos raciais especificamente, com um olho nas soluções práticas”).

<sup>75</sup> Ver, por exemplo, W.E.B. DU BOIS, *Sociology Hesitant*, *Boundary 2*, fall 2000, pp. 37, 42 (notando as deficiências da disciplina sociológica liberal com respeito ao estudo das ações humanas e que cientistas sociais não deveriam hesitar em buscar a transformação social como uma consequência de seus achados sociais); Zuberi &

para desmascarar as maneiras como o racismo sufoca as chances das pessoas de cor encontram sua articulação no movimento da TCR. Na sociologia, o movimento conduziu à formação da Associação dos Sociólogos Negros (Association of Black Sociologists) e da Sociedade para o Estudos dos Problemas Sociais (Society for the Study of Social Problems). Na ciência política, levou à realização da Conferência Nacional dos Cientistas Políticos Negros (National Conference of Black Political Scientists). Na economia, conduziu à formação da Associação da Economia Nacional (National Economic Association). Na antropologia, gerou a criação da Associação dos Antropólogos Negros (Association of Black Anthropologists).

Eu tentei não ser enciclopédico ou panorâmico na apresentação empírica deste artigo. Mais do que isso, os exemplos que dei são ilustrativos. Um verdadeiro cientista social crítico necessariamente investiga a experiência humana dentro do contexto mais amplo da sociedade mundial<sup>76</sup>. Essa perspectiva tenta nos ajudar a desenvolver uma verdadeira ciência humana crítica. Neste sentido, as ciências sociais são parte do que Crenshaw se refere como “revelar os fundamentos epistêmicos da supremacia branca, assim como desmascarar os hábitos do pensamento disciplinar que habitam os paradigmas concorrentes através das convenções da cegueira racial”<sup>77</sup>.

Assim, para concluir, a TCR estabelece a mudança do mundo social. Isso é um desafio através das “fronteiras disciplinares de construir uma abordagem mais integrada e mais comum de como a raça molda a vida social”<sup>78</sup>. Consequentemente, uma verdadeira teoria crítica da raça requer que desmantemos a ordem social corrente e confrontemos os termos e a linguagem na qual essa realidade é descrita. As realidades social e econômica da raça devem ser modificadas pelas nossas ações. Entendimento mútuo ou o desenvolvimento de amizades entre os grupos raciais não podem mudar as realidades raciais; o apagamento da humanidade que a raça tem trazido não pode ser claramente entendido, exceto na exata medida em que nós nos engajamos no

---

Bonilla-Silva, *Telling The Real Tale*, nota 9, pp. 329, 331 (anotando as críticas e deficiências da “sociologia das relações raciais” (destaques omitidos)).

<sup>76</sup> Ver, por exemplo, W.E.B. Du Bois, *Black Folk, Then And Now: An Essay In The History And Sociology Of The Negro Race*, pp. vii-ix (H. Holt & Co. 1939) (afirmando que “Eu tenho pelos últimos seis anos me interessado em tentar promover uma Enciclopédia do Negro; um esforço para afirmar e publicar uma história verificável e a condição da raça negra, de acordo com os melhores ensinamentos do mundo, a despeito da raça, nação ou cor”).

<sup>77</sup> Crenshaw, *Twenty Years*, nota 6, p. 1297.

<sup>78</sup> Id. (citando uma carta de Claude Steele and Kimberlé Williams Crenshaw (maio 7, 2009)).

ativismo social para transformar as bases da sociedade. A TCR é o processo no qual duas forças, que são por definição opostas uma a outra, culminam na rearticulação do que significa ser humano<sup>79</sup>.

O movimento da TCR no direito reafirma que uma teoria crítica da raça verdadeira requer dos teóricos a participação na mudança da realidade social. Essa tradição de colaboração permitiu que os cientistas sociais apoiassem a decisão da Suprema Corte estadunidense no caso *Brown v. Board of Education*<sup>80</sup>. A perspectiva mais ampla de Crenshaw convoca para uma crítica progressista que trabalhe dentro e entre as fronteiras disciplinares enquanto molda um novo consenso em torno da justiça racial e da igualdade humana<sup>81</sup>. Sua perspectiva privilegia o humano sobre o indivíduo racializado e sobre a disciplina na qual o pesquisador atua<sup>82</sup>. A TCR no direito deu um tremendo passo adiante através do seu reconhecimento como um movimento, assim como através da colaboração de indivíduos e tradições oriundas de outras disciplinas<sup>83</sup>. Essa nova ação autoconsciente pode levar a um tipo de saber acadêmico socialmente engajado.

## REFERÊNCIAS

- BAKER JR, Houston A. Introduction. In: DOUGLASS, Frederick. Narrative of life of Frederick Douglass: an American slave. New York: Penguin Books, [1845] 1982.
- BAKER, Lee D. From savage to negro: anthropology and the construction of race, 1896-1954. Berkeley: University of California, 1998.

---

<sup>79</sup> Ver notas 10-15 e o texto que as acompanha.

<sup>80</sup> 347 U.S. 483 (1954).

<sup>81</sup> Ver Crenshaw, *Twenty Years*, nota 7, pp. 1261-62 (“A oportunidade que se apresenta agora é para acadêmicos de [várias] ... disciplinas não apenas revelar como as próprias convenções disciplinares constituem o poder racial, mas também para fornecer um inventário das ferramentas críticas desenvolvidas ao longo do tempo para enfraquecer e potencialmente desmontá-las [as convenções disciplinares]”).

<sup>82</sup> Ver id. p. 1260 (afirmando que “A TCR não é tanto uma unidade intelectual preenchida com coisas – teorias, temas, práticas e coisas do gênero – mas algo que é dinamicamente constituído por uma série de contestações e convergências pertencentes aos modos pelos quais o poder racial é entendido”).

<sup>83</sup> Ver id. p. 1276 (“Aquela oportunidade finalmente apareceu quando circunstâncias convergentes juntaram uma massa crítica de professores e estudantes de cursos alternativos [...] com aquele alinhamento da circunstância, assim o primeiro encontro de CRT tornou-se realidade”).

- \_\_\_\_\_. Ida B. Wells-Barnet and her passion for justice. [1996]. Disponível em: <<http://www.duke.edu/~ldbaker/classes/AAIH/caaih/ibwells/ibwbkgrd.html>>. Acesso em 20.04.2011.
- BELL, Derrick. And we are not saved: the elusive quest for racial justice. New York: Basic Books, 1987.
- BERRY, Mary Frances. Black resistance, white law: a history of constitutional racism in America. New York: Penguin, 1971.
- BHABHA, Homi K. The location of culture. London: Routledge, 1994.
- BIBB, Henry. Narrative of the life and adventures of Henry Bibb, an American slave. New York, Negro Universities [1849], 1969.
- BLASSINGAME, John W. Slave testimony: two centuries of letters, speeches, interviews, and autobiographies. Baton Rouge: Louisiana State, 1977.
- BONILLA-SILVA, Eduardo. Racism Without Racists: Color-Blind Racism and the Persistence of Racial Inequality in the United States. Lanham, Md: Rowman & Littlefield Publishers, 2003.
- BOURDIEU, Pierre; WACQANT, Loic. On the cunning of imperialist reason. Theory, Culture & Society, vol. 16, n° 1, 1999, pp. 41-58.
- BROWN, William Wells. Narrative of William W. Brown, an American slave. Chapel Hill: University of North Carolina, [1847], 2011.
- BULMER, Martin; SOLOMOS, John. Researching Race and Racism. London; New York: Routledge, 2004. (Social research today).
- CARMICHAEL, Stokely; HAMILTON, Charles V. Black power: the politics of liberation in America. New York: Random House, [1967] 1992.
- CÉSAIRE, Aimé. Discourse on colonialism. Paris: Presence Africaine, 1955.
- COX, Oliver Cromwell. Castle, class and race: a study in social dynamics. New York: Monthly Review, 1948.
- CRENSHAW Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. In: CRENSHAW, Kimberlé et al (ed). Critical race theory: the key writings that formed the movement. New York: New Press, 1995.
- \_\_\_\_\_ et al (ed). Critical race theory: the key writings that formed the movement. New York: New Press, 1995.
- \_\_\_\_\_ Twenty years of critical race theory: looking back to move forward, Connecticut Law Review, vol. 43, n° 5, 2011, pp. 1253-1354.
- DARITY, William. Stratification economics: The role of intergroup inequality. Journal Of Economics And Finance, [s.l.], v. 29, n. 2, p.144-153, jun. 2005. Springer Nature. <http://dx.doi.org/10.1007/bf02761550>.
- \_\_\_\_\_. Stratification Economics: Context versus Culture and the Reparations Controversy. University Of Kansas Law Review, S. I., v. 57, n. 4, p.795-811, 23 abr. 2009.
- DELGADO, Richard.; STEFANCIC, Jean. Critical race theory: the cutting edge. Philadelphia: Temple University, 2000.

- DOUGLASS, Frederick. Narrative of life of Frederick Douglass: an American slave. Charlottesville: University of Virginia, [1845] 1996.
- DRAKE, St. Clair. Diaspora studies and pan-africanism. In: HARRIS, Joseph E. Global dimensions of the African diaspora. Washington: Howard University, 1982.
- \_\_\_\_\_. Black folk here and there: an essay in history and anthropology. Los Angeles: Center for Afro-American Studies, University of California, 1990.
- DU BOIS, W e B. The Philadelphia negro: a social study. Philadelphia, Pa: University Of Pennsylvania Press, 1899. (Publications Of The University Of Pennsylvania: Series in Political Economy and Public Law).
- \_\_\_\_\_. Black reconstruction: an essay toward a history of the part which black played in the attempt to reconstruct democracy in America, 1860-1880. New York: Russel & Russel, 1935.
- \_\_\_\_\_. Then And Now: An Essay In The History And Sociology Of The Negro Race. New York: H. Holt And Co, 1939.
- \_\_\_\_\_. The world and Africa: an inquiry into the part which Africa has played in world history. New York: International Publishers, [1948] 1965.
- \_\_\_\_\_. Sociology Hesitant. Boundary 2, [s.l.], v. 27, n. 3, p.37-44, 1 set. 2000. Duke University Press. <http://dx.doi.org/10.1215/01903659-27-3-37>
- EQUIANO, Olaudah. The interesting narrative of the live of Olaudah Equiano, or Gustavus Vassa, the African. New York: Norton, [1789] 2001.
- ESSED, Philomena; GOLDBERG, David Theo. Race Critical Theories: Text And Context. Malden, Mass: Blackwell Publishers, 2002.
- FANON, Frantz. Black Skin, White Masks. New York: Grove Press, 1967.
- FEAGIN, Joe R.; VERA, Hernán. Liberation Sociology. 2. ed. Bolder: Westview Press, 2008.
- FOUCAULT, Michel. The order of things: an archaeology of the human sciences. New York: Phanteon Books, [1966], 1970.
- FRANKLIN, V. P. Living our stories, telling our truths: autobiography and the making of the African-American intellectual tradition. New York: Scribner, 1995.
- GIDDINGS, Paula. Ida: a word among lions : Ida B. Wells and the campaign against lynching. New York: Amistad, 2008.
- GOLDBERG, David Theo. The Racial State. Malden, Mass: Blackwell Publishers, 2002.
- GORDON, Lewis R. Theorizing Race and Racism in an Age of Disciplinary Decadence. Shibboleths: J. Comp. Theory, 2006, pp. 20–26
- \_\_\_\_\_. Theorizing Race and Racism in an Age of Disciplinary Decadence. Shibboleths: Journal Of Comparative Theory, S. I., v. 1, n. 1, p.20-36, dez. 2016. Disponível em: <<http://shibboleths.rlwclarke.net/1/1/gordon,lewis.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2016.
- GOULDNER, Alvin Ward. The Coming Crisis Of Western Sociology. New York: Basic Books, 1970.
- HABERMAS, Jürgen. The Theory Of Communicative Action. Boston: Beacon Press, 1994.

- HALL, S. Gramsci's Relevance for the Study of Race and Ethnicity. Journal Of Communication Inquiry, [s.l.], v. 10, n. 2, p.5-27, 1 jun. 1986. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/019685998601000202>
- HANCHARD, Michael. Afro-modernity: temporality, politics, and the African diaspora. Public Culture, vol. 11, n° 1, 1999, pp. 245-268.
- \_\_\_\_\_. Acts of misrecognition: transnational black politics, anti-imperialism and the ethnocentrism of Pierre Bourdieu and Loic Wacquant. Theory, Culture & Society, vol. 20, n° 4, 2003, pp. 5-29.
- HARDING, David J; LAMONT, Michèle; SMALL, Mario Luis. Reconsidering Culture and Poverty. Los Angeles: Sage, 2010. (Annals of the American Academy of Political and Social Science, v. 629).
- HIGGINBOTHAM JR, A. Leon. In the matter of color: race and the American legal process: the colonial period. New York: Oxford University, 1978.
- HILL COLLINS, Patricia. Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment. New York: Routledge, 1990.
- JACOBS, Harriet. Incidents in the life of a slave girl. Cambridge: Harvard University, [1861] 1987.
- KANG, Jerry. Trojan Horses of Race. Cambridge, Ma: Harvard Law Review Association, 2005.
- KARENGA, Maulana. Introduction To Black Studies. 2. ed. Los Angeles: University Of Sankore Press, 1993.
- KELLEY, Robin D.g. Freedom Dreams: The Black Radical Imagination. Boston: Beacon Press, 2002.
- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. Hegemony And Socialist Strategy: Towards A Radical Democratic Politics. London: Verso, 1985.
- LADNER, Joyce. The Death Of White Sociology. New York: Random House, 1973.
- LEMERT, Charles.; BHAN, Esme (ed.). The voice of Anna Julia Cooper: including A voice from the South and other important essays, papers, and letters. Lanham: Rowman & Littlefield, 1998.
- MCKEE, James B. Sociology and the race problem: the failure of a perspective. Urbana, III: University of Illinois, 1993.
- MELVILLE, Herman. Moby Dick. New York: Baronet Books, [1851] 1990.
- MEMMI, Albert. The colonizer and the colonized. Boston: Beacon, 1957.
- MORRIS, Aldon D. The Origins Of The Civil Rights Movement: Black Communities Organizing For Change. London: Collier Macmillan, 1984.
- MOYA, Paula M.I. Posmodernism, "Realism," and the Politics of Identity: Cherié Moranga and Chicana Feminism. In: ALEXANDER, M Jacqui; MOHANTY, Chandra Talpade. Feminist Genealogies, Colonial Legacies, Democratic Futures. New York: Routledge, 1997. p. 125-150.
- NEWTON, Huey P. Revolutionary Suicide. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1973.

- NORTHUP, Solomon. Twelve years a slave: narrative of Solomon Northup, a citizen of New York, kidnapped in Washington City in 1841, and rescued in 1853, from a cotton plantation near The Red River, in Louisiana. Auburn: Derby and Miller, 1853.
- OMI, Michael; WINANT, Howard. Racial Formation In The United States: From The 1960s To The 1990s. 2. ed. New York: Routledge, 1994.
- PADMORE, George. Pan-Africanism or communism: the coming struggle for Africa. London: Dobson, 1956.
- ROPER, Moses. Narrative of the adventure and escape of Moses Roper, from American slavery. Chapel Hill: University of North Carolina, [1838] 2011.
- ROSS, Dorothy. The origins of American social science. Cambridge: Cambridge University, 1991.
- SARTRE, Jean-Paul. Black Orpheus. Paris: Presence Africaine, 1948.
- SAWYER, Mark Q. Racial Politics In Post-Revolutionary Cuba. New York: Cambridge University Press, 2006.
- SCHUTTE, Gerhard. What Racists Believe: Race Relations In South África And The United States. Los Angeles: Sage, 1995. 8 v. (SAGE Series on Race and Ethnic Relations).
- SMITH, Linda Tuhiwai. Decolonizing Methodologies: Research And Indigenous Peoples. Dunedin, N.Z.: University Of Otago Press, 1999.
- STANFIELD, John H.; DENNIS, Rutledge M. Race And Ethnicity In Research Methods. Newbury Park, Calif: Sage Publications, 1993.
- STEWART, James B. Economics, Stratification. In: DARITY, William. International Encyclopedia of the Social Sciences. 2. ed. Detroit: Macmillan Reference USA, 2008.
- THOREAU, Henry David. Walden: or, life in the woods: and, on the duty of civil disobedience. New York: New American, [1854] 1960.
- TRUTH, Sojourner. Ain't I a Woman. [1851]. Akron: Fordham University. Disponível em: <<http://www.fordham.edu/halsall/mod/sojtruth-woman.html>>. Acesso em 20.04.2011.
- TWINE, France Winddance. Racial Ideologies and Racial Methodologies. In: TWINE, France Winddance; WARREN, Jonathan W. Racing Research, Researching Race: Methodological Dilemmas In Critical Race Studies. New York: New York University Press, 2000. p. 1-34.
- WALKER, David. Walker's appeal to the colored citizens of the world, but in particular, and very expressly to those of the United States of America. Boston: D. Walker, [1829], 1830.
- WELLS-BARNETT, Ida. B. On lynchings : southern horrors. New York: Arno, [1892] 1969.
- WEST, Candace; FENSTERMAKER, Sarah. Power, Inequality, and the Accomplishment of Gender: An Ethnomethodological View. In: ENGLAND, Paula. Theory On Gender/Feminism On Theory. New York: A. de Gruyter, 1993. p. 151-174. (Social institutions and social change).
- WEST, Cornel. Race Matters. Boston: Beacon Press, 1993.
- WILSON, William Julius. The new social inequality and affirmative opportunity. In: GREENBERG, Stanley B; SKOCPOL, Theda. The New Majority: Toward A Popular Progressive Politics. New Haven: Yale University Press, 1997. p. 57-77.

- WRIGHT, Richard. Black power: a record of reactions in a land of pathos. New York: Harper, 1954.
- YOUNG, Iris Marion. Justice And The Politics Of Difference. Princeton, N.j: Princeton University Press, 1990. (Princeton paperbacks).
- YOUNG, Robert Alexander. The Ethiopian manifesto: issued in defence of the black man's rights in the scale of universal freedom. New York: Printed for the author, 1829.
- ZUBERI, Tukufu Thicker than blood: how racial statistics lie. Minneapolis: University of Minnesota, 2001.
- \_\_\_\_\_. The population dynamics of the changing color line. In: ANDERSON, Elijah; MASSEY, Douglas S. Problem of the century: racial stratification in the United States. New York: Russell Sage Foundation, 2001.
- \_\_\_\_\_. Sociology and the African diaspora experience. In: GORDON, Lewis R.; GORDON, Jane Anna. A companion to African-american studies. Malden: Blackwell, 2006.
- \_\_\_\_\_; BONILLA-SILVA, Eduardo. Telling the real tale of the hunt: toward a race conscious sociology of racial stratification. In: ZUBERI, Tukufu; BONILLA-SILVA, Eduardo. White logic, white methods: racism and methodology. Lanham: Rowman & Littlefield, 2008.
- \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. Toward a definition of white logic and white methods. In: ZUBERI, Tukufu; BONILLA-SILVA, Eduardo. White logic, white methods: racism and methodology. Lanham: Rowman & Littlefield, 2008.

### **Abstract**

The article analyzes the Critical Race Theory (CRT) in law and its relation with the critical theories of race in the social sciences. It addresses the insertion of blacks in the social sciences as agents of change who developed the antecedent ideas that the CRT introduced into law. Having as main cut the American academy and society, elucidates that the critique of academics and black movements demonstrates the hegemonic and structuralist function of the social sciences and brings the CRT as part of a movement against white racial power. Agreeing with Kimberlé Williams Crenshaw's appeal, in her article *Twenty Years of Critical Race Theory: Looking Back to Move Forward*, for a broader definition of the TCR and for a next phase of this movement to engage academics of various disciplines. This article argues that Crenshaw's call is visionary and a necessary step for researchers interested in the end of white supremacy and the elevation of the human science rights and equality.

**Key words:** Race. Critical Race Theory. Social Sciences.